

Alves tinha prestígio junto a parlamentares

Geraldo Magela

Os documentos apreendidos no comitê de campanha do deputado João Alves (PPR-BA), em Salvador, não ajudarão nas investigações da CPI, mas revelaram o prestígio que o deputado tinha no Congresso até a explosão do escândalo do Orçamento. A CPI tem em mãos mais de 20 fitas de vídeo usadas na campanha eleitoral de 1990, onde aparecem depoimentos de alguns pesos pesados do Congresso elogiando a atuação de Alves. Os deputados Francisco Dornelles (PPR-RJ), Amaral Neto (PPR-RJ), Delfim Netto (PPR-SP) e Gastone Righi (PTB-SP) recomendaram aos eleitores baianos o voto naquele que hoje é acusado de comandar a máfia do Orçamento. "Ele é uma das criaturas mais sensacionais do Congresso e especialmente da Câmara. A Bahia tem que votar nele", afirmou Amaral Neto.

Righi e Delfim preferiram enfatizar a capacidade técnica de Alves e seu conhecimento profundo sobre a mecânica de elaboração do Orçamento. "João Alves é conhecido como o mago do Orçamento, talvez o que tenha maior competência técnica para remanejar recursos da União e dar uma assistência permanente para a Bahia", garantiu o líder do PTB.

"Quando fui ministro, tive um contato muito íntimo com João Alves. A contribuição dele é imprescindível para o aperfeiçoamento do sistema orçamentário da União", atestou Delfim.

Tancredo Dornelles chegou a dizer que até mesmo o ex-presidente Tancredo Neves reconhecia a competência de João Alves em questões orçamentárias. E lembrou que, no fim de 1984, durante a campanha de Tancredo à Presidência, o ex-presidente recomendou



Torgan (E) e Tuma mostram duas mil apostas de Alves na Loto

que ele procurasse o deputado, para discutir problemas relacionados ao Orçamento, que estava sendo votado no Congresso. "Sou testemunha da competência, do espírito público e conhecimento profundo de João Alves sobre questões orçamentárias. O Congresso se sente honrado com a presença dele", disse Dornelles.

A CPI encontrou entre os documentos a prova de que João Alves lavava dinheiro através das loterias: um recibo da casa lotérica "O Caneco é Nosso", de Brasília, onde estão registrados quase dois mil palpites para o concurso 491 da Loto, realizado em fevereiro de 1988. "Com tantas apostas, o de-

putado João Alves não dava chance para ninguém", ironizou o deputado Moroni Torgan (PSDB-CE).

Entre os documentos, estão extratos bancários de João Alves e de sua empregada Noelma Neves. Para o deputado Robson Tuma (PL-SP), fica claro que Alves controlava a conta de sua empregada. Foram apreendidos ainda carnês do IPTU relativos a imóveis em nome de terceiros e de empresas, assim como registros de transações imobiliárias, que serão encaminhados para análise da Subcomissão de Patrimônio. Os membros da CPI vão averiguar se Alves usava testas-de-ferro para esconder parte de seu patrimônio milionário.